

**Rivania Selma de Campos Ferreira**

---

**De:** Marcelo de Almeida Frota  
**Enviado em:** quarta-feira, 24 de novembro de 2021 08:29  
**Para:** Rivania Selma de Campos Ferreira  
**Assunto:** ENC: Inclusão da Emenda 8 na Reforma Tributária  
**Anexos:** Solicitação - Rodrigo Pacheco.pdf

---

**De:** Sen. Rodrigo Pacheco  
**Enviada em:** segunda-feira, 22 de novembro de 2021 15:57  
**Para:** Marcelo de Almeida Frota <MFROTA@senado.leg.br>  
**Assunto:** ENC: Inclusão da Emenda 8 na Reforma Tributária

---

**De:** 3098 - Carla Renata Barbara [<mailto:carla.barbara@sicoobbelcredi.com.br>]  
**Enviada em:** segunda-feira, 22 de novembro de 2021 15:48  
**Para:** Sen. Rodrigo Pacheco <[sen.rodrigopacheco@senado.leg.br](mailto:sen.rodrigopacheco@senado.leg.br)>  
**Cc:** [diretoria@sicoobbelcredi.com.br](mailto:diretoria@sicoobbelcredi.com.br); 3098 - Romeo Messoria Vanner <[romeo.vanner@sicoobbelcredi.com.br](mailto:romeo.vanner@sicoobbelcredi.com.br)>  
**Assunto:** Inclusão da Emenda 8 na Reforma Tributária

**ME – Produtos e Serviços – Sicoob Belcredi**

Exmo. Sr. Presidente do Senado Rodrigo Pacheco,

Venho por meio deste, solicitar a sua atenção para a inclusão da Emenda 8 ao texto da PEC 110/2019. A referida Emenda prevê a isenção de tributos sobre as operações e resultados provenientes de atos cooperativos, em função do objeto social das Cooperativas.

Sem mais delongas, aguardamos ansiosamente as providências de V. Exa. por um tratamento equânime às Cooperativas, que como a Reforma Tributária, objetiva o desenvolvimento do país.

Colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente

**CARLA RENATA BÁRBARA**

Produtos e Serviços  
Agente de Atendimento I



Av. João Júlio de Faria, 135 – Centro  
37170-000 | Boa Esperança - MG  
(35) 3851-1060 | [www.sicoobbelcredi.com.br](http://www.sicoobbelcredi.com.br)

Brasília, 22 de novembro de 2021.

Ao (À) Excelentíssimo(a) Senhor(a)

**Rodrigo Pacheco**

Senador(a) da República

Brasília – DF

Assunto: Solicitação de apoio pela definição do ato cooperativo na PEC 110/19.

Excelentíssimo (a) Senador(a), Rodrigo Pacheco

Acreditamos na importância de uma Reforma Tributária justa para o Brasil e acompanhamos de perto as discussões sobre a PEC 110/2019 no Senado Federal. É imprescindível que o Senado Federal observe, no âmbito dessa proposta, a correta tributação das sociedades cooperativas, por meio do ato cooperativo, o qual nos foi garantido pelo constituinte e cuja abrangência precisa ser definida, para garantir a competitividade e segurança jurídica para que as cooperativas possam continuar contribuindo com a democratização da renda e desenvolvimento do país.

Uma Reforma Tributária com justiça social deve englobar as cooperativas. Após 33 anos da promulgação da nossa Constituição, os Senadores da República têm a oportunidade histórica de definir o que é o ato cooperativo, previsto pelo artigo 146 da Constituição Federal, solucionando o maior problema das sociedades cooperativas, que durante todos esses anos enfrentaram batalhas judiciais para que suas características, de sociedades de pessoas, sem fins lucrativos, fossem respeitadas. Não é privilégio, não é benefício, é apenas a observação correta das características das cooperativas.

Hoje somos 17,2 milhões de cooperados, reunidos em 4,8 mil cooperativas, que vêm, por meio deste ofício, solicitar seu apoio pela **aprovação da emenda nº 8 CCJ, que define de uma vez por todas o que é o ato cooperativo, que nada mais é do que a justa determinação da incidência tributária onde, de fato, se tem o acréscimo patrimonial, o resultado tributável. No caso da cooperativa, é no cooperado já que as sobras retornam aos associados.**

Para que o nosso modelo de negócios possa continuar produzindo e auxiliando na retomada do desenvolvimento do país, em especial nesse período pós-pandemia, é essencial que a emenda nº 8 CCJ, apresentada à PEC 110/19, seja aprovada, a fim de evitar que as cooperativas tenham uma tributação mais gravosa que as demais sociedades. Mais materiais sobre o tema também podem ser encontrados em: [www.reformatributaria.coop.br](http://www.reformatributaria.coop.br)

Renovamos nossos votos de consideração e apreço e contamos com o apoio do estimado(a) senador(a) pela aprovação da emenda nº 8 CCJ, para que as cooperativas possam continuar colaborando na construção de uma sociedade mais justa.

Cordialmente,

ROMEO MESSORA  
VANNER:04391268604

Assinado de forma digital por ROMEO  
MESSORA VANNER:04391268604  
Dados: 2021.11.22 15:33:26 -03'00'

**Romeo Messora Vanner**

Presidente da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Esperança LTDA  
Sicoob Belcredi

[www.sicoobbelcredi.com.br](http://www.sicoobbelcredi.com.br)

Sicoob Belcredi

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Boa Esperança LTDA.

Av. João Júlio de Faria, 135 Centro - 37170-000 - Boa Esperança - MG

Tel. (35) 3851 1060



**SENADO FEDERAL**  
**Secretaria-Geral da Mesa**

**DESPACHO Nº 76/2021 - ATRSGM**

Juntem-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PL nº 2564, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.103932/2021-18;
2. PL nº 2510, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.104704/2021-65;
3. PL nº 4199, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.104155/2021-29;
4. PEC nº 32, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.104305/2021-02;
5. PL nº 591, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.104301/2021-16;
6. PL nº 591, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.103702/2021-59;
7. PLS nº 182, de 2017. Documento SIGAD nº 00100.103172/2021-49;
8. PLP nº 5, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.103480/2021-74;
9. PL nº 591, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.101403/2021-80;
10. SUG nº 5, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.103514/2021-21;
11. PEC nº 32, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.102990/2021-24;
12. PEC nº 32, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.102982/2021-88;
13. PLC nº 151, de 2015. Documento SIGAD nº 00100.101724/2021-84;
14. PLS nº 261, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.103415/2021-49;
15. PEC nº 32, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.100812/2021-69;
16. PL nº 1605, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.101410/2021-81;
17. PLN nº 3, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.099896/2021-81;
18. PL nº 1985, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.099902/2021-08;
19. PL nº 591, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.101722/2021-95;
20. PL nº 591, de 2021. Documento SIGAD nº 00100.098945/2021-68;
21. PEC nº 32, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.100400/2021-29;
22. PEC nº 32, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.098042/2021-87;



- 23. PLP nº 235, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.123216/2021-57;
- 24. PEC nº 110, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.123227/2021-37;
- 25. PEC nº 275, de 2016. Documento SIGAD nº 00100.122358/2021-05.

Secretaria-Geral da Mesa, 02 de dezembro de 2021.

*(assinado digitalmente)*  
**JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS**  
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

